



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
(Em milhares de Reais)

\* continuação

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD**

**a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM**

Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	31/12/2014					31/12/2013					
	Valor de Mercado					Total					
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
<b>Vencimento em Dias</b>											
<b>1 - Títulos para negociação</b>	-	-	-	-	12.245	12.247	12.245	(2)	25.900	26.451	551
<b>Títulos Públicos</b>	-	-	-	-	7.041	7.043	7.041	(2)	13.771	14.322	551
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	7.041	7.043	7.041	(2)	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	13.771	14.322	551
<b>Títulos Privados</b>	-	-	-	-	5.204	5.204	5.204	-	12.129	12.129	-
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	5.204	5.204	5.204	-	12.129	12.129	-
	31/12/2014					31/12/2013					
	Valor Contábil					Valor Contábil					
	Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total				
Por Carteira	3.216	-	3.216		12.455	-	12.455				
Carteira própria	1.988	-	1.988		1.817	-	1.817				
Vinculados a compromisso de recompra	7.041	-	7.041		12.179	-	12.179				
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-		-	-	-				
<b>Total</b>	<b>12.245</b>	<b>-</b>	<b>12.245</b>		<b>26.451</b>	<b>-</b>	<b>26.451</b>				
	31/12/2014					31/12/2013					
	Valor de Mercado					Total					
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado		
Vencimento em Anos	-	-	-	-	-	12.247	12.245	25.900	26.451		
1 - Títulos para negociação	-	-	-	-	-	12.247	12.245	25.900	26.451		
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.245</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.247</b>	<b>12.245</b>	<b>25.900</b>	<b>26.451</b>		

**b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários**

	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5b)	15.029	28.625	19.988
Títulos de renda fixa	1.028	1.165	4.456
Rendas de aplicações no mercado aberto	4	5	-
<b>Total</b>	<b>16.061</b>	<b>29.795</b>	<b>24.444</b>

**c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários**

Em 31 de dezembro de 2014 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "disponível para venda" e "mantidos até o vencimento".

**d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD**

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração. Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de *Commodities*. Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

Por Indexador	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Swaps	-	-	-	8.912	(2.347)	(2.543)
Posição Passiva	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	8.912	(2.347)	(2.543)

**Composição da Carteira de Derivativos por vencimento (valor referencial)**

	31/12/2014	31/12/2013
Contratos de swaps	-	8.912

**Composição da Margem Dada em Garantia**

	31/12/2014	31/12/2013
Letras Financeiras do Tesouro	7.041	-
Notas do Tesouro Nacional	-	12.179
<b>Total</b>	<b>7.041</b>	<b>12.179</b>

**11. INTANGÍVEL**

	31/12/2013	Exercício/2014	31/12/2014
SISBEX BM&FBOVESPA	-	-	-
Software adquiridos	-	3	-
Licenças de uso	-	231	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>234</b>	<b>-</b>

**12. CAPTAÇÕES NO MERCADO**

**a) Captações no Mercado Aberto**

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Carteira Própria</b>	<b>1.950</b>	<b>1.723</b>
Títulos Privados - Outros	1.950	1.723
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>214</b>	<b>-</b>
Títulos privados - Debêntures	214	-
<b>Total</b>	<b>2.164</b>	<b>1.723</b>
Passivo circulante	212	1.723
Passivo não circulante	1.952	-

**b) Despesas com Operações de Captação no Mercado**

	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013
<b>Despesas de Captações no Mercado Aberto</b>	<b>(176)</b>	<b>(333)</b>	<b>(218)</b>
Carteira própria	(172)	(328)	(218)
Carteira de terceiros	(4)	(5)	-
<b>Total</b>	<b>(176)</b>	<b>(333)</b>	<b>(218)</b>

**13. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Fiscais e Previdenciárias**

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	9.151	-
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	6.630	4.329
Impostos e contribuições a recolher	441	635
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 18d)	466	220
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais (Nota 21a)	(a)	8.699
<b>Total</b>	<b>16.688</b>	<b>13.883</b>
Passivo circulante	7.071	5.184
Passivo não circulante	9.617	8.699

**b) Diversas**

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para passivos contingentes (Nota 21a)	1.253	1.073
Credores diversos - no País	428	1.298
Provisão para pagamentos a efetuar	11.452	3.661
<b>Total</b>	<b>13.133</b>	<b>6.032</b>
Passivo circulante	12.035	6.032
Passivo não circulante	1.098	-

**14. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**

**a) Receitas de Prestação de Serviços**

	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013
Comissões sobre colocação de títulos	1.243	1.881	3.324
Corretagens de operações em Bolsa	7.179	13.051	16.968
Rendas de serviços de custódia	227	467	531
Outros serviços	372	1.040	820
<b>Total</b>	<b>9.021</b>	<b>16.439</b>	<b>21.643</b>

**b) Rendas de Tarifas de Serviços**

	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013
Rendas de corretagem	844	2.150	4.125
Rendas com taxa de administração e rebates	20	55	226
<b>Total</b>	<b>864</b>	<b>2.205</b>	<b>4.351</b>

**c) Despesas de Pessoal**

	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013
Honorários	(104)	(305)	(281)
Benefícios	(794)	(1.583)	(1.714)
Encargos sociais	(1.438)	(3.104)	(3.344)
Proventos	(6.190)	(13.512)	(9.916)
Demandas Trabalhistas	(1.665)	(1.861)	(869)
Tratamentos	(7)	(19)	(42)
<b>Total</b>	<b>(10.198)</b>	<b>(20.384)</b>	<b>(16.166)</b>

**d) Outras Despesas Administrativas**

	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013
Água, energia e gás	(40)	(71)	(131)
Aluguéis	(1.489)	(2.870)	(2.578)
Comunicações	(380)	(786)	(1.038)
Emolumentos judiciais e cartorários	(9)	(34)	(21)
Manutenção e conservação de bens	(92)	(166)	(258)
Material	(1)	(1)	(2)
Processamento de dados	(2.531)	(5.288)	(5.839)
Promoções e relações públicas	(209)	(309)	(381)
Propaganda e publicidade	(20)	(20)	(3)
Publicações	(20)	(116)	(114)
Serviços de terceiros	(58)	(165)	(208)
Serviços do sistema financeiro	(198)	(454)	(405)
Serviços técnicos especializados	(607)	(1.738)	(7.083)
Transportes	(11)	(19)	(17)
Viagens	(217)	(444)	(798)
Vigilância e segurança	(19)	(44)	(59)
Seguros	(2)	(2)	(3)
Depreciação	(82)	(171)	(206)
Outras	(472)	(595)	(509)
<b>Total</b>	<b>(6.457)</b>	<b>(13.293)</b>	<b>(19.653)</b>

**Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em Circulante e Não Circulante**

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Passivo</b>				
Contratos de swaps	-	-	(2.543)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.543)</b>	<b>-</b>

**e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos**

	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Swap	-	1.201	(890)
Futuros	(12)	(26)	(13)
<b>Total</b>	<b>(12)</b>	<b>1.175</b>	<b>(903)</b>

**7. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES**

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Outros Créditos</b>		
Caixas de registro e liquidação	75	-
Devedores - conta liquidações pendentes	101.082	37.245
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	-	9.921
<b>Total</b>	<b>101.157</b>	<b>47.166</b>
Ativo circulante	101.157	47.166
<b>Outras Obrigações</b>		
Caixas de registro e liquidação	1.521	15.078
Credores - conta liquidações pendentes	46.335	48.464
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	67.768	1
Comissões e corretagens a pagar	19	19
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	2.466	720
<b>Total</b>	<b>118.109</b>	<b>64.282</b>
Passivo circulante	115.643	64.282
Passivo não circulante	2.466	-

**8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos e antecipações salariais	53	36
Devedores por depósitos em garantia (Nota 21c)	12.363	11.330
Impostos e contribuições a compensar	14.656	3.901
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 18e)	9.261	18.147
Outros	15	25
<b>Total</b>	<b>36.348</b>	<b>33.439</b>
Ativo circulante	20.566	24.420
Ativo não circulante	15.782	9.019

**9. INVESTIMENTOS**

	31/12/2014	31/12/2013
Investimentos por incentivos fiscais	3.251	7.499
Títulos patrimoniais	1	1
<b>Total</b>	<b>3.252</b>	<b>7.500</b>

**10. IMOBILIZADO DE USO**

	31/12/2013	Exercício/2014	31/12/2014	Saldo contábil
Móveis e equipamentos de uso	139	13	(33)	374
Sistema de comunicação	50	1	(15)	520
Sistema de processamento de dados	160	17	(123)	1.063
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>31</b>	<b>(171)</b>	<b>1.957</b>

**11. RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>24</b>	<b>27.145</b>	<b>11</b>
Investimentos por incentivos fiscais	(a)	24	27.145
Ganhos de capital	-	-	11
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>(83)</b>	<b>(115)</b>	<b>(1.385)</b>
Investimentos por incentivos fiscais	(83)	(83)	-
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	-	(32)	(1.385)
<b>Total</b>	<b>(59)</b>	<b>27.030</b>	<b>(1.374)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

### Cálculo do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia concedeu 3.516.746 (449.237 em 2013) ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2014, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio Líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

### 20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

#### Ações Trabalhistas

A Companhia é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

#### Ações Fiscais

A Companhia está sujeita - em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

#### Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

#### a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, a Companhia constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

#### Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis e obrigação legal

	Demandas fiscais			Demandas cíveis		
	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013
<b>Saldo inicial</b>	<b>8.971</b>	<b>8.699</b>	<b>4.513</b>	<b>155</b>	<b>111</b>	<b>500</b>
Constituições	798	798	3.854	34	88	121
Reversões	(9.802)	(9.802)	-	-	(10)	(510)
Baixas	(214)	(214)	-	(81)	(81)	-
Atualizações	713	985	332	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>466</b>	<b>466</b>	<b>8.699</b>	<b>108</b>	<b>108</b>	<b>111</b>
	Demandas trabalhistas (a)			Obrigação legal (b)		
	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014	Exercício/ 2013	Exercício/ 2013		
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.054</b>	<b>962</b>	<b>93</b>	<b>17.444</b>		
Constituições	3.020	3.980	1.548	-		
Reversões	(1.241)	(1.747)	(717)	(18.141)		
Baixas	(1.792)	(2.172)	-	-		
Atualizações	104	122	38	697		
<b>Saldo final</b>	<b>1.145</b>	<b>1.145</b>	<b>962</b>	<b>-</b>		

(a) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações - Diversas.

(b) A Corretora fez opção pelo pagamento à vista da COFINS, nos termos do artigo 39 da Lei nº 12.865/13.

Para as contingências, não é possível mensurar com suficiente segurança um cronograma de desembolso para os montantes envolvidos.

#### b) Passivos Contingentes - Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN nº 3.823/2009.

	31/12/2014	31/12/2013
Contingências fiscais	(a) 32.989	20.833
Contingências trabalhistas	(b) 8.386	4.975
Contingências cíveis	11	225
<b>Total</b>	<b>41.386</b>	<b>26.033</b>

(a) Os principais processos contingentes avaliados como risco de perda possível são relacionados a questões tributárias sobre desmutualização: PIS/COFINS R\$ 20.017 (R\$ 19.176 em 2013) e IRPJ - Juros NTN R\$ 11.745.

(b) Referem-se aos processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolvem indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

#### c) Depósitos em Garantia de Recursos

	31/12/2014	31/12/2013
Contingências fiscais	12.276	11.278
Contingências trabalhistas	87	52
<b>Total</b>	<b>12.363</b>	<b>11.330</b>

### 21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

#### a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

#### b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

#### c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (funding). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

#### d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esse conceito inclui o risco legal.

#### e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

#### f) Gerenciamento de Capital

Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

### Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do capital (Patrimônio de Referência) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

#### Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades semelhantes a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 31 de dezembro de 2014, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado foi de 14,96% (14,51% em 2013).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no website: [www.bancovotorantim.com.br/ri](http://www.bancovotorantim.com.br/ri).

### 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim de 31 de dezembro de 2014.

#### b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014. Na avaliação ora realizada, não foram identificados impactos relevantes para o Conglomerado.

### A DIRETORIA

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa

para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2015

Alexei de Bona  
Contador - PR-036459/O-3

  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0

Aos Administradores e aos Quotistas da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas